



Rev. Dr. Marcos Roberto Inhauser

Fone: (0XX19) 2121 5853 escrit. / 99798 6955 cel

www.inhauser.com.br / marcos@inhauser.com.br

www.pastoralia.com.br

TEXTO PUBLICADO NA COLUNA SEMANAL NO CORREIO POPULAR

SENSO COMUM É IDIOTICE

Marcos Roberto Inhauser

Foi lendo Nassim Nicholas Taleb (A Lógica do Cisne Negro) que adotei a ideia dele ou se formou em mim a convicção: o senso comum é a somatória das afirmações de quem não pensa. Isto foi reforçado ainda mais quando li Duncan J. Watts (Tudo é Óbvio Desde que Você Saiba a Resposta).

Não tenho dúvidas de que o senso comum é um pensamento majoritário, embalado e avalizado pelos que tem dificuldades ou preguiça para pensar. É o pensamento que é surfista e vai na onda do que está na crista. É a somatória das idiotices.

Quando leio que bombou a reportagem sobre a tatuagem na perna da nova apresentadora do Fantástico, que tem gente que liga para os canais de televisão para saber onde comprar o modelo de roupa, cinto ou bolsa que esta ou aquela usa na novela ou no programa, fico estarecido.

Um senso comum que se estabeleceu no Brasil, plantado a propósito ou não, é o de que as urnas eletrônicas são seguras. Já foram auditadas por “n” especialistas que asseguraram a inviolabilidade. Nunca acreditei nisto, mesmo porque, na vida real, se sabe que nem o sistema de rede da Casa Branca é seguro e foi invadida estes dias. Assim também os dados do American Express, do iCloud, do LinkedIn, etc. Para mim as urnas podem até ser seguras, mas, salvo engano da minha memória ou falta de informação (o mais provável), nunca soube que houve uma auditoria séria e externa no sistema de transmissão dos dados e de totalização dos votos.

O assunto veio à tona com estas eleições onde, pela defasagem dos horários, alguns se perguntaram se não seria possível manipular os dados no período entre a entrada deles e a anúncio dos resultados.

Eu, cá com meus botões, vira-e-mexe, me lembro de uma história, dada como verdadeira. No início do uso dos computadores nos bancos, um programador colocou uma variável que retirava de um número “x” de contas, todos os dias, R\$ 0,01. A coisa era feita de tal forma que não houvesse a repetição do fato na mesma conta com frequência, para que não levantasse suspeitas. A coisa só veio à tona quando o “experto” deu sinais de riqueza incompatível com a sua renda. O problema é que as pessoas deviam denunciar o sujeito e ninguém queria se envolver em um rolo destes por ter perdido alguns centavos de suas contas. Mas os centavos diários se transformaram em fortuna para o programador.

Por que não poderia haver uma linha estranha no sistema de totalização, tirando um voto de cada urna e creditando-o a quem interessado estivesse ou melhor pagasse a esperteza criada? O PSDB, no seu direito de duvidar do senso comum, entrou com ação pedindo auditoria especial e independente no sistema de voto eletrônico. Os propagadores do senso comum já berraram, afirmando que se trata de golpe, de revanchismo.

O Procurador Geral da República já deu o contra. No site da PGR fico sabendo que “é o único cargo do Ministério Público e da magistratura dos tribunais judiciais sujeito a designação pelo poder político, não estando a escolha vinculada a área de recrutamento ou sequer a requisitos especiais de formação.”

Quero agradecer a informação valiosa. Em outras palavras, quem já se pronunciou contra o pedido de auditoria, adota o senso comum da inviolabilidade das urnas e foi nomeado pelo poder político (sic). O problema para mim é saber qual das duas variáveis, ou as duas, foi(ram) usada(s) na negativa.